

## AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

**GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3403938, expedida pela SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 934.054.561-34 (Doc.01), residente e domiciliado à Rua T-38, nº 147, Setor Bueno, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.223-045 (Doc.02), endereço eletrônico: [gustavogayer@outlook.com](mailto:gustavogayer@outlook.com), por intermédio de seus advogados e bastantes procuradores infra-assinados, conforme instrumento de procuração em anexo (Doc. 03), vem, respeitosamente à digna presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 37, parágrafo 4º da Constituição Federal, em combinação com os artigos 14 e 22 da Lei nº 8.429/92, oferecer a presente

### REPRESENTAÇÃO

em face de **LUIZ INACIO LULA DA SILVA**, Presidente da República, com domicílio necessário no Palácio da Alvorada, Zona Cívico-Administrativa s/n, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70150-903, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1. É de conhecimento público e notório que no dia **08/01/2023** ocorreu uma manifestação de um grupo de pessoas descontentes com a conjuntura política do Brasil, sendo que a atitude de alguns manifestantes levou à depredação do patrimônio público e outras consequências negativas. No entanto, não se sabe ao certo quais os envolvidos nestes atos e até mesmo quem seriam os responsáveis por incentivá-los e financiá-los, pois as investigações empreendidas pelos órgãos competentes ainda encontram-se pautadas por uma forte nebulosidade.

2. Em meio ao clamor por justiça para averiguar a realidade dos fatos, parlamentares se reuniram para desmistificar e trazer à tona os envolvidos nestes atos. Por conta disso, em 28/02/2023, integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cobraram a instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

## Oposição cobra a imediata instauração da CPMI do 8 de janeiro

Até o momento 222 congressistas já assinaram o protocolo para instalação

28/02/2023 22:32 | Atualizado 07/03/2023 9:20

ACESSIBILIDADE: 



Com cartazes nas mãos, eles circularam entre os Salões Verde, da Câmara dos Deputados e o Azul do Senado

<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/sta-brasil/oposicao-cobra-a-imediate>

3. Além de fomentar a criação da CPMI para investigar as atrocidades ocorridas em 08 de Janeiro, os legisladores também pressionaram para que houvesse a individualização das condutas das pessoas presas.

4. Diante deste contexto, houve diversas assinaturas para corroborar o pedido dos parlamentares engajados na criação da CPMI, pelo que foi atingido o número de assinaturas necessárias, conforme citado pela reportagem supra e em diversos outros veículos de comunicação.

5. Tendo em vista o alvoroço político decorrente do 8 de janeiro de 2023, o atual Chefe do Poder Executivo Federal, em 18 de janeiro deste ano, já se mostrava relutante quanto a tentativa de averiguar os acontecimentos dos atos cometidos pelos manifestantes, tanto que já havia negado apoio a abertura de um Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação dos fatos, alegando que já haviam instrumentos próprios para fiscalizar o ocorrido.

## Lula diz ser contra CPI para apuração de ataques golpistas: 'pode criar confusão tremenda'

Em entrevista exclusiva a Natuza Nery, da GloboNews, presidente afirmou que o governo tem 'instrumentos' suficientes para investigar. CPI chegou a ser defendida pelo presidente do Senado.

Lula deu a declaração em uma entrevista exclusiva a Natuza Nery, na **GloboNews**.

**“Nós temos instrumentos para fiscalizar o que aconteceu nesse país. Uma comissão de inquérito pode não ajudar e ela pode criar uma confusão tremenda, sabe? Nós não precisamos disso agora”, afirmou.**

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/18/lula-diz-ser-contrario-cpi-para-apuracao-de-ataques-golpistas-gtremenda.ghtml>

6. Nessa toada, ainda na tentativa de frear a continuidade da elucidação dos atos ocorridos em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023, o Chefe do Poder Executivo, não satisfeito com o clamor da oposição, lançou mão de outras manobras para evitar as investigações, desta vez visando impedir a criação da CPMI.

7. Com esse intuito, ofereceu cargos para os parlamentares envolvidos retirarem as assinaturas e, não satisfeito, ofereceu 60 milhões em emendas para fortalecer a suposta narrativa da desnecessidade da assinatura para dar prosseguimento na CPMI.

## Governo Lula oferece cargos para parlamentares retirarem assinaturas da CPMI do 8 de Janeiro

De **Gianluca Gattai** — março 9, 2023 Dentro Política

<https://gazetabrasil.com.br/politica/2023/03/09/governo-lula-oferece-cargos/>

EXECUTIVO

## **Governo Lula estaria oferecendo R\$ 60 milhões em emendas para parlamentares esvaziarem CPMI, diz Sanderson**

Assunto repercute nos bastidores do Congresso.

<https://www.conexao politica.com.br/executivo/2023/03/07/governo-lula-estaria-oferecendo-r-60-milhoes-em-emendas->

8. Tais medidas já repercutiram sobre a atuação de alguns Deputados Federais, fazendo com que recuassem e retirassem a assinatura do Requerimento da CPMI, dentre eles o Deputado José Nelto (PP-GO).

9. Além disso, com a finalidade de corroborar os supostos acontecimentos, outros parlamentares ratificaram essa mesma linha de raciocínio noticiada, destacando que o Governo Federal estaria intimidando os Deputados para não assinarem a Comissão, pois caso isso acontecesse as verbas de emendas não seriam liberadas.

10. Líderes do mesmo ideal-partidário do Presidente da República em suas respectivas Casas Legislativas também agiram, fortalecendo a narrativa do Chefe do Executivo com o cerne de disseminar a ideia e ratificar a fredda das assinaturas.

## **Dois deputados retiraram assinaturas da CPMI do 8 de janeiro**



No Ponto

02 MAR 2023 - 17:22





<https://pleno.news/brasil/politica-nacional/cpmi-ze-trovaio-diz-que-governo-esta-intimidando-deputados.html>

11. Portanto, é nítida a atuação do Executivo Federal para impedir a continuidade da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

12. Desta feita, vislumbra-se que os fatos trazidos à baila neste petítório são de uma gravidade e danosidade passíveis de uma resposta jurídica eficiente, já que foram identificados indícios graves do cometimento de atos que configuram, em tese, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos na Lei nº 8.429/92, já com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21, em especial o ferimento dos princípios norteadores da Administração Pública, pelo que vem o Representante trazê-los ao conhecimento deste Órgão Ministerial de cúpula para as providências de mister.

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebida a presente Representação, para que o Ministério Público Federal tome as medidas que julgar necessárias para apurar os fatos narrados, em especial a abertura do competente Inquérito Civil Público, e, caso sejam confirmados os supostos atos ímprobos, que seja proposta a competente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa em desfavor do Representado.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

Brasília- DF, 10 de Março de 2023.

**GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO**